

Purgatório
(Curto Conto Teológico-Metodológico)

Mário Duayer
Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil
mduayer@uol.com.br

No abarrotado mundo de Funes não havia senão pormenores, quase imediatos.
J.L. Borges, *Funes, o Memorioso*.
A história vira estórias e as estórias fazem a história, que vira estórias...

Sumário: narrativa psicografada das desventuras post-mortem de um professor de economia que, tendo-se axiologicamente neutro, surpreende-se com embargo de seu imediato ingresso no Céu.

Consta que o professor de Economia estava prestes a ingressar no Céu. Ia, aliás, confiante, consciência tranqüila, uma vez que jamais, em sua atividade profissional, envolvera-se com "valores", ou discutira "fins", mas cuidara tão somente de ensinar, assalariadamente, os "meios" mais eficientes para a consecução de "fins" exteriormente postos, de modo que se "fins" houve considerados infames aos olhos divinos, e aqui fica a dúvida se na esfera do divino os olhos se necessitam aos pares, nada com eles teria tido o professor, cuja modesta posição, a se considerar pela escala terráquea de salários -admitindo aqui que esta reflita, em alguma medida, a hierarquia social-, por um lado justificava e, por outro, tornava conveniente, a julgar pela relação funcional inversamente proporcional, econometricamente testada por todos os testes, entre a escala de valores morais e distribuição patrimonial, a pragmática adoção dos "fins", e respectivos "valores", estabelecidos nos níveis hierárquicos competentes. Não que escapassem ao professor, afeito que era, por mutilação funcional, ao exame do material empírico da realidade, mas também pela natureza gritante dos fatos, as misérias terráqueas que acompanham os "fins" que sua teoria obsessivamente imaginava maximizar. No entanto, se tal exame inspirava simpatia ou até mesmo certa compaixão por aqueles que sempre estavam à margem dos efeitos de tal maximização (que não eram poucos, admitia!), mitigava o desconforto destes nobres sentimentos a convicção de que "fins" e, portanto, "valores", situam-se fora do terreno da ciência, são de outras competências. Noutras ocasiões, mais metafísicas, sua imaginação descarrilhava dos trilhos da

razão profissional, sobrevoava outros territórios, descortinava horizontes mais dilatados e punha-se a indagar se a vida humana seria redutível aos “fins” da teoria, mesmo quando esses fossem de fato universalizáveis, promessa insinuada cada vez mais vagamente pela teoria e da qual estava longe de convencido.

Reconfortava-se o professor com estas edificantes divagações quando, neste justo momento, foi interpelado por um anjo que, secamente, fez-lhe ver que andava no caminho errado, sendo o seu o do Inferno. Entre perplexo e indignado, o cândido professor protestou de tal veredicto, subentendendo, em seu sincero espanto, grave equívoco na sublime ordenação que lhe coubera (como se erro pudesse haver na lógica divinal!), pois considerava tremenda injustiça ter de assumir os ônus de eventuais malefícios causados por “valores” subjacentes à ciência que difundira com raro e profissional zelo, querendo com isso insinuar que professara “valores” sem, de fato, professá-los. Sendo a ciência mero instrumento de realização de valores adventícios, não fora ele mais do que meio do meio, peça de engrenagem. Disse ou pensou -e dá no mesmo, pois aos anjos é facultado tanto ouvir o dito como captar telepaticamente o pensado-, valendo-se ostensivamente do álibi kuhiano, pau contemporâneo para toda obra (mental), que a *ciência normal*, como hoje tardiamente sabem todos, mas antes tarde do que nunca, e, por conseguinte, saberia com certeza o anjo, não se limita a um mero arsenal de técnicas, mas inclui também um complexo de valores e respectivas finalidades, a serviço dos quais está o *kit* de instrumentos analíticos. Sendo a *ciência normal* obra coletiva, social, supra-individual portanto, e, como seu próprio adjetivo esclarece, trazendo consigo a chancela da maioria, e maioria qualificada, pois é praticada nas melhores universidades do mundo, do que se conclui que o *normal* e o melhor determinam-se neste e muitos outros casos reciprocamente, muito embora seja fato corriqueiro da experiência cotidiana o normal estar longe de ser o melhor, ocorrendo, no mais das vezes, que o primeiro seja apenas tolerado, sobretudo quando se faz crer que o *normal* é normal e o melhor é impossível, crença que, uma vez crida, vira naturalmente realidade, torna-se verdadeira, a despeito de falsa na origem, de modo que por tais atrapalhados caminhos muda de feição a *ciência normal* e converte-se em sabedoria terminal, além de, como se afirmou, por dispensável que fosse, uma vez que é demasiado evidente, ser obra que os indivíduos cientistas encontram

feita, pronta e acabada, por tudo isso, deduzia satisfeito consigo mesmo o espectral herói, os professores não têm alternativa senão abraçar a ciência normal de seu tempo. Motivos todos, pensava o professor, suficientes para desobrigá-lo dos valores que professava, por assim dizer, involuntariamente. Oblíquas e desamparadas razões, percebidas prontamente pelo anjo, fato este que, acresce, atesta a ingenuidade do professor e, lateralmente, a do seu credo científico, pois para dele se dar conta não precisou o anjo daquela argúcia que somente as duras condições da vida terrena promovem, a par de presumirem. Os valores são sempre portados pelos indivíduos singulares, mas, apesar disso, ou, por isso mesmo, os valores são sempre sociais e, se assim é, poder-se-ia argumentar que os indivíduos jamais poderiam ser julgados pelas atitudes e ações comandadas por seus valores - levando o raciocínio ao paroxismo, expediente às vezes muito útil, às vezes insensato, seria de se perdoar o homicida porque, em última análise, enquanto indivíduo ele não passaria de um portador daquele valor que desvaloriza a vida humana-, coisa de fácil entendimento por nós brasileiros, que cotamos em cem dólares o valor mensal de uma vida humana. Complexa dialética esta entre singular e universal que, em tribunais e instâncias assemelhadas, costuma ser importada para diluir responsabilidades e atenuar culpas, culpas que, mesmo quando atenuáveis em alguns casos, se abolidas por completo suprimiriam por definição o próprio nexos entre singular e universal e, por conseguinte, a própria noção de valor, cujo pressuposto é o compartilhar intersubjetivo de valores. Curioso isso do universal ser no e pelo singular e, no entanto, transcender o singular! Aliás, ser nos singulares parece ser a única forma, salvo melhor juízo, dos universais livrarem-se da pecha platônica, fama que toleram resignadamente e da qual escapam os singulares por efeito de sua ostensiva presença, estes que seriam tão ou mais platônicos se não fossem pelos universais. Nos particulares nem tocou o anjo, primeiro, para não complicar o confuso e, depois, porque já se convencera da fantasmagórica presença do singular esvaziado de universais. Cogitava de tais complexas questões e recordou-se do quanto aprendera, apesar de saber tudo, mas é que o saber depende de como vem arrumado na explicação, no discurso, isso nos bem intencionados, porquanto há os textos simplesmente obscuros e os textos deliberadamente construídos para obscurecer em lugar de iluminar, o quanto aprendera sobre o que já sabia, dizia-se, ouvindo Borges contar-lhe, quando Lá chegara, a estória de *Funes, o Memorioso*, indivíduo de mente tumultuadíssima, incapaz de idéias gerais e

ao qual, por isso, era de todo inconcebível que, por exemplo, “o símbolo genérico *cão*” pudesse designar não somente toda a quantidade e variedade de cães mas, também, cada um dos cães nas infinitas circunstâncias de suas vidas. Espectador infatigável e obcecado com o singular, *Funes* conservava na memória todos os detalhes de tudo a que seus sentidos lhe davam acesso, no entanto, concluía Borges em seu conto, era incapaz de pensar, pois pensar é “esquecer diferenças, é generalizar, abstrair”. Magnífico arranjo de idéias, observou o anjo quase com despeito: ao artista requereu um par de frases e ao teórico demandaria um tratado. De mais a mais, a essa refutação teórica das razões do professor somava-se outra de ordem pragmática, pois se suprimidas fossem todas as culpas individuais seria redundante o Purgatório, juntamente com Céu e o Inferno, instituições cuja funcionalidade reside na exemplaridade sustentada à base de prêmios e castigos transcendentais, e que, é de se concluir, teriam sua existência posta em risco caso, chegada a hora, os indivíduos, liberados de culpas, não tivessem que saldar seus débitos ou desfrutar seus créditos em conformidade com a Contabilidade Celeste. E, como o efeito imediato da disfuncionalidade das instituições é o de descartar os que delas se desincumbem, ninguém irá em sã consciência desejar a chaga terrestre do desemprego alastrando-se pelo divino, deixando desamparados, de uma hora para outra, arcanjos, serafins, querubins, etc., nem mesmo os espíritos mais rancorosos, que exultariam em lançar belzebu e suas milícias na rua da amargura. Justificado pelo argumento lógico e movido por evidente interesse corporativista -no que há certa tautologia, pois não há interesse desacompanhado de argumento lógico, uma vez que o interesse põe de imediato sua própria lógica, em especial quando o interesse junta à força do argumento o argumento da força, do poder-, descartou o anjo a escusatória lengalenga kuhiana esboçada pelo professor.

Não obstante, nas razões do professor não deixou de reparar o anjo a notável inflexão sofrida nos argumentos do discurso econômico nas últimas décadas, perspectiva histórica possível por sua longa experiência de integrante do Comitê Assessor de Economia, se assim o podemos designar por analogia e sempre com a finalidade de tornar as disposições celestes inteligíveis. Não fazia muito tempo, rememorava o anjo, vinham eles, os professores, com o asséptico discurso da ciência positiva, da neutralidade axiológica, e, deparando-se Ali com as

verdades transcendentas, alegavam em causa própria que, dada a mundana impossibilidade de capturar tais verdades, nada mais justo e defensável do que o intento de eliminar todo vestígio metafísico da ciência. Divergiam os professores, é certo, quanto à melhor maneira de proceder para se alcançar tal resultado, tanto que, quando acorriam em maior número, aborreciam de morte o pobre do anjo, a despeito de anjo não morrer nem ser pobre, quando arengavam interminavelmente sobre indução, dedução, confirmação, verificação, falsificação e que tais. Sob a unilateral ótica terrena, entoavam em uníssono, parecia-lhes irrepreensível a agenda que circunscreve a ciência ao sensível, ao empírico, ao observável, todos de definição cada vez mais remota, acediam, tão intrincadas e diversas são as coisas que mais e mais se interpõem entre o mundo e nossos sentidos, e basta pensar aqui no dito sexo virtual que, ao que tudo indica, ludibria todos os sentidos e substitui a mobilização direta e imediata de todos eles envolvida no sexo real, ortodoxo, por sua incitação mediada, virtual ou textual, e não se trata aqui de afirmar que experimentamos o mundo por intermédio de textos, coisa trivial, mas sim de que experimentamos textos por intermédio de textos, equação esta, a segunda, da qual desaparece o mundo, a experiência do mundo exterior, questões todas cabeludíssimas, mas das quais escapuliam os professores alegando que, sendo o ideal por definição inatingível, bastava assumi-lo programaticamente e apostar em sua assintótica realização, de modo que assim pensadas e, sobretudo, desejadas as coisas, cuidava a ciência dos problemas deste mundo, liberando o transcendente para outras especialidades: religião, filosofia, arte... Assumidamente positiva, por presumida falta de alternativas, restava à Economia cumprir a dupla função implicada em tal positividade: capturar os fenômenos econômicos em suas regularidades e operar como instrumento de sua manipulação; positiva, portanto, no momento cognitivo e na destinação - correta e útil. Programa em tudo semelhante ao tratamento conferido pelas ciências da natureza ao mundo físico, como veio a saber o anjo nas conversas fora do expediente com os colegas dos Comitês daquelas ciências. De uns tempos para cá, entretanto, tamanha auto-indulgência fora sacudida por uma descoberta absolutamente fantástica, um tanto acaciana, é verdade, mas nem por isso resultante de esforço próprio, próprio da Economia, a bem dizer, uma vez que se originou na Física, disciplina na qual é flagrante a distinção entre sujeito e objeto: viu-se o rolo que existe entre sujeito e objeto, constatou-se que o objeto era construção lingüística, discursiva,

cultural, do sujeito. O desarranjo provocado por tais “descobertas” não é desprezível nem na Física, ali onde os valores são totalmente alheios ao objeto e, por isso, constitui tarefa relativamente simples, que pode, porém, demorar séculos para se levar a cabo -mas séculos só é demais para o que vive anos!-, perceber eventuais valores que lhe tenham sido adjudicados pelo sujeito cognoscente, além do objeto comportar-se com total indiferença em relação às descrições que dele monta o sujeito, se assim se pode explicar, pois não dispondo de consciência e, portanto, de vontade, não pode o objeto ter comportamento. Só por isso já é possível pressentir a extensão do rolo quando, como ocorre nas ciências sociais, os valores são imanentes ao objeto, o sujeito é imediatamente objeto e este não é indiferente ao como aquele o esboça. Farejando a encrenca e, como sempre, na cola da Física, mas fazendo vista grossa das patentes diferenças entre ambas, a Economia rendeu-se, pragmaticamente, às novas evidências da irremissível determinação cultural da ciência. De modo que, e disso vinha de se dar conta o anjo, a Economia, que antes cerrava fileiras com a cruzada antimetafísica, vindicava a profilaxia axiológica e, confiante, desresponsabilizava-se antecipadamente por qualquer identificação sua com fins e valores, agora, entretanto, admite, convencida ou afetada, sua incontornável natureza discursiva e cultural, restando infrutíferas, por isso, todas as tentativas de purificação antimetafísica, reviravolta por intermédio da qual tudo o que anteriormente era execrado converte-se em atributo interno do discurso econômico, de qualquer discurso, virada lingüística ou pragmática, como é qualificada em outros Comitês, lembrou o querubim, e que permite o milagre, nada estranho não fosse ocorrência terráquea, da legitimação a torto ou a direito, de um jeito ou de outro. De ciência empírica por convicção à ciência empírica por coação. Há nessa inflexão do discurso ou, melhor dizendo, nas justificativas do discurso, uma espécie de subversão à tímida subversão kuhiana: nesta última o advento da revolução estaria relacionado a uma mudança de paradigma, câmbio radical na forma de conceber o objeto, de visão geral de mundo, novo referencial a enquadrar e conferir sentido à nova explicação, ao novo discurso ou ao novo consenso; na outra, ao contrário, altera-se a justificativa do discurso sem modificar seu conteúdo, mantém-se portanto o discurso, o consenso e, por suposto, o paradigma sobre o qual sempre se assentou. Em Kuhn a mudança de paradigma é o requisito interposto pela nova explicação, ou o *shift* paradigmático é pressuposto do *shift* dos procedimentos, critérios, discurso, explicação,

agenda, etc. da ciência; na Economia substitui-se o *shift* paradigmático pelo *shift* retórico, cujo propósito outro não é senão o de sustentar e legitimar, por meio de novo ornamento verbal, os mesmos procedimentos, critérios, discurso, explicação, agenda, etc., em uma palavra, a conservação do paradigma, da concepção de mundo. Atitude que revela outra extraordinária assimetria entre a Física e a Economia: o mundo natural não muda mas os físicos dispõem-se a mudar sua concepção de mundo; o mundo social muda mas os economistas não se dispõem a mudar sua concepção de mundo. Do que se conclui, apesar de contra-intuitivo: a Física, ao modificar sua concepção do mundo, intervém para mudar o imutável; a Economia, ao manter sua concepção do mundo, intervém para manter o mutável.

Pecados só há os humanos. Bichos, coisas, loucos e crianças, não tendo juízo, estão livres do pecado. Daí não se deduza, no entanto, que loucos e crianças não são humanos, mas apenas que estes mal iniciaram e aqueles abortaram o doloroso processo de criar juízo e ser debitado das adjacentes responsabilidades. Prestando serviço num posto de triagem de primeira instância, e isso de no Céu haver múltiplas instâncias obedece ao propósito de não contrariar as humanas expectativas, mas no fundo trata-se de mera formalidade, arranjo de fachada, pois Ali não se reformam decisões, visto serem todas perfeitas uma vez emitidas, de forma que, como se dizia, estando lotado o querubim em um posto de triagem, e com o encargo e a prerrogativa de ajuizar pecados, que, como demonstrado acima, são sempre humanos, tinha ele por hábito, no que revelava bom senso -e seria de admirar um anjo insensato-, posicionar-se desde uma ótica humana para, assim situado, ponderar a intensidade relativa dos agravos. Desse ângulo, operando como se fosse um antropólogo extraterrestre investigando as peculiaridades da espécie humana, podia ver, de fora e de cima, que toda ciência, e mais ainda as hegemônicas, como a que praticava o professor, tem naturalmente dupla função social: não só a prático-operativa, instrumental, que dispensa maiores digressões, mas também a ideológica, mais sutil e complexa. Funções complementares por meio das quais a ciência, por um lado, confere inteligibilidade ao mundo e, portanto, dota de sentido as práticas e suas finalidades; por outro lado, oferece-se como instrumento das práticas cujo sentido põe e pressupõe. Intuições razoáveis, concedeu o anjo, se isso quis dizer o professor ao afirmar que não há alternativas senão abraçar a *ciência*

normal da época, uma vez que seria de fato um total desatino imaginar as diversas práticas, suas finalidades e os requeridos saberes dissociados tal como aparecem em muitas análises, que fragmentam para entender e não cuidam de recompor a unidade da qual partiram. Ainda que fosse sujeito prático, pouco afeito à reflexão filosófico-metodológica, e há aqui uma certa redundância, visto que sendo prático não poderia mesmo concentrar-se em algo tão alheio à prática, o professor, valendo-se da intuição, foi capaz de expressar, a seu modo, falando ou pensando, não importa, algo muito simples e ao mesmo tempo muito complexo, algo que desassossega a inteligência contemporânea, sem mencionar as anteriores: pôde intuir, do seu jeito, que uma cultura, um paradigma, uma imagem de mundo, e a designação aqui não vem ao caso, é presença ineliminável, constitutiva, por detrás das práticas e saberes humanos, ou é o texto ou *script* no qual as práticas, com seus saberes, finalidades e valores, encontram seu sentido. Não fosse assim, pensou para si o anjo, teríamos as práticas, seus saberes, suas finalidades, seus valores cada qual com seu sentido, sua inteligibilidade -uma fragmentação absurda e impossível! E cismou: se truísmos dispensam enunciação e prova, por que tais discernimentos intuídos pelo professor, por que diabo, termo de cujo emprego, dada sua condição serafínica, logo se arrependeu, e tarde demais, pois o dizer podemos reprimir mas o pensado, no mais das vezes, é incontrolável como o tique nervoso, de sorte que algumas vezes nos surpreendemos com nossos pensamentos e muitas outras nos escandalizamos por tê-los pensado, como se nossos não fossem, por que diabo, prosseguiu já que havia começado, tais truísmos adiantados pelo professor eram tão difíceis, não de perceber, pois o professor os havia intuído, mas de serem integrados conscientemente à cultura, científica ou não? Por que esta visão sintética, total, que ampara e congrega todos os saberes e práticas, em um determinado tempo, para um determinado grupo social, etc. era ora desvalidada enquanto metafísica, ora desqualificada enquanto inabordável ou, ainda, pós-modernamente assimilada enquanto textualidade fatal e, por isso, inútil?

Naturalmente, todo este novelar de razões expõe-se apenas com o intuito de inferir, e é só o que se pode fazer, pois o narrador, apesar do *boom* nacional e internacional da literatura científico-querubínica, não teve, até o presente, acesso direto a qualquer anjo em pessoa, se é

que o termo aplica-se ao caso, pois antes haveria de estabelecer se anjo é pessoa, e na falta de tal acesso, portanto, não resta alternativa senão inferir o que se passou nas cabeças dos personagens, admitindo aqui, o que está longe de evidente, sendo o anjo um dos personagens, que anjo tem cabeça ou mesmo o resto do corpo. Diz-se isso porque alguém poderia argumentar, e temos de aceder que se trata de um argumento razoável, que o conceito de anjo pode muito bem subsistir sem a antropomorfização (tirante as asas) que sempre o acompanha. Mas o desapontamento, e a sensação de frustração daí decorrente, com a impossibilidade de garantir o acesso direto, não mediado, à mente do anjo, à verdade, enfim, não devem transformar-se em afetos paralisantes, pois para tudo há remédio e, no caso, é leniente bastante saber que se a inferência segue a lógica, sendo a lógica a expressão da verdade e, por conseguinte, a linguagem seráfica, nada mais justo do que considerá-la, sempre tendo presente os limites da imperfeita lógica humana, muito próxima da verdade, resultado este que é muito, tendo em vista que a verdade mesmo, a verdade verdadeira já era, a se dar ouvidos às últimas notícias filosóficas; quanto aos insatisfeitos, e sempre os há em pencas, só resta ao narrador, muito a contragosto, pois ninguém está aí para ser contraditado, simular uma polida receptividade às críticas e reparos, e, armado até os dentes, refutá-las, reafirmando assim a sua lógica. Com o mesmo propósito e, aliás, bem no espírito da narrativa, poderia o narrador adotar o engenhoso artifício de Satie, o compositor, que, segundo se diz, fundou uma igreja e, sumo pontífice auto-nomeado, investia-se de autoridade suficiente para excomungar os críticos. Seja como for, salvo erro na lógica da narrativa, coisa de todo improvável, pois a narrativa instaura sua própria lógica, pode o leitor aceitar com toda segurança que a lógica aqui praticada expressa adequadamente a lógica angelical, e uma vez que esta última é sinônimo de verdade, pode-se deduzir, logicamente, que a lógica da narrativa é expressão adequada, embora apenas aproximada, da verdade.

Delineados, assim, os cenários mentais do professor e do anjo quando o primeiro expunha suas razões e o segundo as ouvia ou captava, é preciso aduzir de imediato que o anjo frustrou as expectativas (racionais, irracionais?) do professor, que se imaginara em animadas disputas escolásticas sobre a neutralidade axiológica da ciência econômica. Nada disso se passou, e que não se culpe o despreparo acadêmico angelical. É que se na vida terráquea já têm

muito de estulto estas disputas, que dirá no Céu! E aqui não custa lembrar de um herético personagem falecido século passado, mas que, a se concordar com um vivo professor francês, continua assombrando o mundo, o qual já alertara para o inevitável escolasticismo da disputa sobre a realidade ou não realidade do pensamento descolado da prática. Porém, ninguém sendo anjo gratuita e impunemente, vale dizer, de graça, não deixou este nosso de perceber a relativa castidade do professor. Mesmo porque, no Céu, é de se presumir -na impossibilidade de se demonstrar empiricamente- não se sai julgando qualidades pessoais abstratas, mas as de indivíduos que fizeram isto ou aquilo em condições sociais estas ou aquelas, todas sempre concretas. Por esta razão, e apesar de ser o professor morto recentíssimo, levou em conta o anjo o fato de que o professor certamente estivera, em sua existência mundana, exposto a uma, digamos assim, visto que o moderno se expressa modernamente, *overdose* de uma desarmante concepção de ciência, da qual se disséssemos que predomina não lhe faríamos justiça, uma vez que na verdade sufoca, e que preconiza, não sem uma certa dose de enfado, próprio daquele que se vê forçado a repetir o que imagina óbvio, e a isto pode permitir-se justamente por reinar absoluta, ora que a objetividade do conhecimento presume a abstração dos valores, ora que o conhecimento objetivo não é possível. Ora prescreve a sanitização axiológica da ciência, ora declara infrutífera a faxina. Noções estas que, aplicadas ao mundo humano, equivalem a exigir de todo cientista que pendure no cabide, junto com o casaco, no caso de usá-lo, já que a moda acadêmica anda mais informal nos dias de hoje, seus valores antes de iniciar o trabalho.

Nestas circunstâncias, e sendo o Céu o que é, e tendo sido constatado que o mal segregado em vida pelo professor -ao vivo, em suas aulas- não advinha de uma perversão exclusiva de seu caráter, mas era um sinal dos tempos -e que tempos!, conjecturou o anjo-, deliberou este que àquele se concedesse uma oportunidade de salvação. E como no Céu burocracia é coisa que se desconhece, e aqui vale assinalar, mesmo que a título de parênteses, que nisto há uma certa redundância, pois se burocracia houvesse mais estaria para Inferno, e não a havendo, fez logo o anjo ver ao candidato a hóspede celeste que sua admissão não era carta fora do baralho, ainda que esta expressão soe no mínimo estranha quando proferida por um anjo, muito embora seja compreensível, pois só havendo no Céu o Justo, o Belo, o Bem, mesmo

o chulo vira língua culta -se bem que isso se diz deste modo apenas para tornar claro o problema em termos terráqueos, porque a rigor assim não poderia ser dito, já que em Lá não havendo incultos, a língua culta não se pode definir pela inculta. Todavia, estendeu-se o anjo, para fazer jus à Divina Misericórdia deveria o professor preparar, durante sua estadia no Purgatório, um *paper* -como se vê, por esta e anteriores ocorrências, o Inglês é, além de universal, idioma celeste- sobre as mais importantes contribuições contemporâneas para a metodologia da ciência econômica como, por exemplo, as de Blaug, Caldwell, Hausman, Hutchinton, Boland,... O professor sequer aguardou o fim da bibliografia angelical, pois foi ficando mais lívido do que um morto, o que em si já constituía uma façanha, mas no Céu façanha é o que não falta, e, fora de si, urrando, - atitude, aliás, pouco digna e nada pedagógica para um professor - disse preferir o Inferno. Dito e feito. Mergulhou no fogaréu!!!

Mas a queda abriu, como abre qualquer queda, um campo expectacional. Na realidade, em prol da veracidade deste relato, abriram-se dois campos expectacionais: o do professor, duro e concreto como o vácuo produzido pela queda, de fácil entendimento, ainda que sua própria descrição suscite questões por sua vez complexíssimas, quase incompreensíveis, por que como pode ser inteligível a representação do vácuo, do vazio completo, total, por intermédio de adjetivos tão, se me permitem, tangíveis como duro e concreto?; e o outro campo -expectacional, recorde, pois distanciou-se do primeiro-, produto de sensações físicas que se disséssemos ainda mais intensas, haveria o risco de pecarmos por exagero, e pecado aqui é prudente evitar, mas não o de sermos acusados de falsificação, e a do tipo mais pernicioso, a literária, porque a possibilidade existe, pois, e a explicação é de outras competências, de fato há quem sinta, só de ouvir falar, mais forte do que sentiu e conta. Mais curioso ainda é o caso do que sente, só de ouvir, do que conta sem ter sentido, simplesmente por não ter vivido, visto ou ouvido, mas inventado. Em resumidas contas, e qualquer que seja o caso, são no mínimo dois campos expectacionais promovidos por um gesto insensato, ou sensato, o do professor, titular do gesto, e o do leitor. Em ambos há, afinal, expectativas mais ou menos intensas. Mas, deixando de lado o aspecto quantitativo das expectativas, cujo tratamento científico adequado não pode prescindir dos instrumentos analíticos da expectativometria, e sem tomar partido na disputa entre

adeptos e adversários desta última, disputa que, se bem entendemos, gira em torno da unilateralidade ou não da expectativometria, pragmaticamente e, talvez, por pura ignorância, dada a transcendência da controvérsia, iremos direto aos aspectos qualitativos. E abstraídos os seus aspectos quantitativos, resta às expectativas somente o atributo da racionalidade. Saltou o professor, leu o leitor. Que expectativas envolvem os dois atos, racionais ou irracionais?

Mas o juízo sobre a natureza da expectativa tem como pressuposto o juízo acerca das alternativas disponíveis. Alternativas perfeitamente conhecidas pelo professor, pois ao deliberar pelo Inferno certamente estava consciente das alternativas que se descortinavam em seu futuro, se bem que, a ser rigoroso, não se deveria empregar aqui o conceito de futuro, pois sendo o Espaço Celeste eterno, nele não pode haver futuro e, não havendo o fenômeno, desqualifica-se o conceito. Melhor seria dizer, então, que ao professor estavam mais do que claros seus eternos presentes futuros, ou futuros presentes, e aqui é oportuno abrir um parêntese para salientar a extrema dificuldade, a quase impossibilidade de expressar com palavras deste mundo propriedades, fenômenos, qualidades, etc. de outro mundo, o que sugere que vimos construindo nossas linguagens bem de acordo com o nosso mundo, mas não se deve interpretar estas superficiais observações como defesa da proscrita tese da correspondência entre linguagem e mundo, uma vez que seria uma indesculpável heresia tornar tal heresia ingrediente de uma narrativa teológico-teórica, razão pela qual esta digressão serve tão simplesmente ao propósito de iluminar da melhor forma, com os meios que nos propiciam nossa terrena linguagem, os futuros presentes, ou vice versa, que eram apenas dois, abertos ao professor, a saber, ou reexaminar os “clássicos da metodologia da ciência econômica” e, em seguida, desfrutar das delícias do eterno viver no paraíso ou então sofrer perpetuamente os horrores da danação. Tratava-se, portanto, de um campo expectacional bipolar, em presença do qual o professor parece ter escolhido a alternativa mais racional, vale dizer, maximizadora, uma vez que, de acordo com o juízo do narrador desses eventos (pois se a maximização está sempre predicada a juízos, a avaliações, e sendo o narrador o responsável pela narrativa, nada mais natural que seja dele o encargo e o direito de ajuizar) parece empiricamente evidente que a desutilidade marginal

derivada do estudo dos clássicos da metodologia da ciência econômica é infinitamente superior à desutilidade marginal de todas as subterrâneas privações infernais.

Se bem descrevemos as expectativas do professor, coisa que podemos, no máximo, admitir, já que verificar será de todo impossível, haja vista que o professor já era, e já tendo sido não está mais em condições de confirmar ou falsear este relato, não podendo sequer valer-se de sua falecida situação para contar com a assessoria direta de Carnap e de Popper, e mesmo que o estivesse, vivo e acompanhado de tais especialistas em discriminar o científico do não científico, o verdadeiro do falso, de nada valeriam seus reparos ao relato, pois quem poderia garantir que sua opinião positiva ou negativa sobre a descrição dos fatos seria isenta de preconceitos, de valores, do desejo incontido, porém inconsciente, de desautorizar o narrador, de levá-lo à ruína?, de modo que, nada estando assegurado, é válido afirmar que o professor não tinha expectativas. Era, na verdade, titular de certezas. Certezas das quais teceu, mentalmente, e em fração de segundos, dito de novo em termos terráqueos, posto que em não havendo tempo no Céu, o relógio e suas escalas não fazem o menor sentido, teceu mentalmente, dizia-se, as vidas que iria levar, viveu-as mentalmente, previveu-as, se cabe aqui a conjugação do viver com o prever, e pôde deliberar, indivíduo isolado que era no Céu, pois só Ali é possível haver o indivíduo isolado em estado puro presumido pela teoria que o professor professava, uma vez que havendo no Céu tudo do bom e do melhor, garantidos ambos pela Divina Providência, Provedora Universal, pode-se deduzir com o aval da mais elementar das lógicas que Lá aos indivíduos é dispensável viver em sociedade, constituir uma sociedade, e, portanto, estando pela primeira vez na condição do indivíduo isolado que sempre idealizara, foi possível ao professor, com os instrumentos analíticos que dominava, maximizar sua função utilidade sem qualquer pressuposto, a menos, é evidente, da condição imposta por Deus, autoria aqui apenas presumida, mas licitamente presumida, já que sendo o anjo porta-voz de Deus e, sendo no Céu tudo conhecido, ou Lá não havendo nada desconhecido, razão pela qual não há sábios e sabidos de um lado e ignorantes e tolos de outro, e é estranha esta condição celeste, uma vez que nada havendo a fazer, somente a desfrutar, nada é preciso saber, e se nada é preciso saber, não há a dicotomia entre saber e não-saber, há apenas não-saber, puro estado de ignorância ou de

sapiência, identidade total entre sujeito e objeto, do que se conclui, por óbvio, que toda a cultura terrena decorre da falta, do carecimento, busca sem fim, temos todos ciência, pois ao saber para atender aos carecimentos aprendemos a inventá-los e ao inventá-los os tornamos infinitos, sem falar do mau infinito, da riqueza desgarrada, que ganha autonomia, vida própria e, em lugar de ser produto das vontades, produz as vontades, escraviza-as.

Tendo sido racional o professor, conforme demonstrado, é preciso dar conta igualmente das expectativas do leitor da narrativa, as quais se formam a partir da sorte do professor, mas às quais, não obstante, faltam os elementos presentes na vivência daquele último, se é que se pode falar em vivência de um morto. Dos padecimentos normalmente infringidos aos que caem no Inferno está plenamente consciente o leitor, muito embora todas as dores e sofrimentos não os tenha sentido nem deles tenha tido notícia em primeira mão de quem os experimentou, exceção feita aos que desfrutam do privilégio desses contatos de primeiríssimo grau com os idos. Há aqui, portanto, um abismo a separar as condições que estão presentes na formação de expectativas do professor e na do leitor. O primeiro está morto e enterrado, encontra-se na ante-sala do paraíso e tem diante de si um anjo a anunciar o Inferno como alternativa, todas estas provas empíricas da existência do medonho. Ao segundo, no entanto, faltam elementos empíricos, se é que as representações iconográficas e literárias podem ser aqui descartadas como evidência empírica, mas, apesar disso, pela força daquela imagística, é capaz de sofrer tanto ou mais do que o próprio personagem principal da narrativa. Talvez daí, da força dos textos, provenha o baralhar atual entre história e estória, pois a história decerto tem seu curso, impõe suas condições e produz seus efeitos, mas a história é apreendida por meio de umas tantas estórias e as estórias movem os seres humanos, de sorte que estes agem sob o efeito de ambas, história e estória, fazem história sob a pressão anônima da história e informados pelas estórias que se contam sobre a história, de tal modo que as estórias determinam a história e a história determina as estórias.

Expectativas e sensações que, por mais absurdas, se o forem, as tem e sente o leitor, pois são tributárias de uma cultura povoada de infernos, queimações, seres imaginários de toda sorte e qualidade. Outra cultura, com outros seres imaginários ou sem nenhum, daria origem a

outras expectativas e sensações. Se desprovida de tais seres espectrais, outra cultura permitiria interpretar a narrativa no máximo como curiosidade, jamais daria lugar à formação de expectativas. Degolar um galo preto é sempre uma degola. Mas fazê-lo numa encruzilhada, à meia noite, é muito diferente de fazê-lo na cozinha, ao meio dia. Satisfaz, o galo preto, apetites muito diversos. E apetites, já se sabe, são igualmente culturais, além de idiossincráticos, pois há os vegetarianos, por exemplo, cujo apetite o galo jamais poderá saciar. Há, também, os que não se sentem pacificados, confiantes no futuro, com a noturna degola do galo. Experimentam tanto horror à decapitação, cujo significado não alcançam, como ao vegetariano provoca náuseas o simples imaginar a degustação de um frango. Compreende-se, assim, a extensão em que a cultura intervém e determina nossos afetos, a ponto de provocar sensações tão tangíveis, por assim dizer, como a náusea. E em que medida condiciona e determina nossa inteligibilidade do mundo. Só é possível entender a narrativa situado na cultura ocidental. Não obstante, entender aqui, com todos os afetos, medos, expectativas, valores, etc. implicados na compreensão, pode ter na verdade o significado oposto, porque compreender tal narrativa pode equivaler a tornar palatável, inteligível, o absurdo. Mas se é assim, fica a pergunta: se a cultura franqueia a validação de absurdos, de manifestas falsidades, quanto daquilo que nossa cultura nos permite “compreender” é falso e absurdo? Será tudo falso e absurdo, uma vez que tudo o que percebemos o fazemos com os olhos de nossa cultura? Equivalem-se, sob este prisma, o saciar da fome física com a degola matutina do galo negro e o saciar da fome espiritual com sua degola noturna? Admitido que ambas satisfazem, pacificam, e se não o fizessem não haveria tanta demanda para ambas as indústrias, a de frangos e a de dádivas, indústrias que, como todas as outras, estimulam tantas outras a jusante e a montante, impõe-se a interrogativa: tanto faz o carecimento e sua satisfação serem imaginários ou real-concretos? É indiferente o fato de que sejam despendidas horas e mais horas de trabalho concreto na produção de oferendas concretas, tangíveis, dissipadas, estas e, portanto, aquelas, no fictício atendimento de carecimentos imaginários? E por mais que tais carecimentos estimulem o crescimento econômico, o desenvolvimento tecnológico, o aumento da produtividade, etc., pelo impulso que oferecem, como se disse, a montante e a jusante, e que, além disso, façam surgir uma complexa rede de atividades afins e, por conseguinte, seus teóricos, especialistas, técnicos, auxiliares, etc., massa

de emprego adicional enfim, nada desprezível nestes tempos de desemprego, por tudo isso, indaga-se, justificam-se os carecimentos imaginários e as atividades dedicadas a seu atendimento? E se o esforço coletivo despendido na produção de dádivas for maior ou igual ao que seria necessário para satisfazer concretamente os carecimentos demandados pelas oferendas? E se a indústria de dádivas for funcional para uma cultura que produz carecimentos que jamais poderá satisfazer concretamente? Questões arrevesadas que trazem à memória outra tão ou mais labiríntica, esquadrihada pelo já referido pensador que vive, embora morto, a assombrar a cultura: do exame do papel dos ladrões na economia remata, de modo indigesto, salientando sua decisiva e extraordinária influência no desenvolvimento da indústria de fechaduras e, por extensão, das indústrias mecânica, metalúrgica, química, etc., cujo dinamismo deve-se em grande medida ao estímulo proporcionado pela gatunagem.

Mais embaraçoso não poderia ser o problema da relação entre a cultura, o mundo que esta prefigura e a prática. Se tudo é narrativa, se vamos ao mundo textualizados, se vivemos o contexto por meio de textos, verdadeiros ou falsos, razoáveis ou absurdos -como saber?-, se nossos pensamentos sobre o mundo são tudo o que temos à mão, ou melhor, à cabeça, se com eles temos que nos ver com o mundo, viver a vida no mundo, e assim funcionando as coisas, então parece ser o mundo que, assimilando ou não o que nele construímos com os textos sobre ele construídos, determina a eficácia, a adequação, a pertinência de nossos textos, separando desse modo, não o verdadeiro do falso em pretenso lance epistemológico, mas as idéias úteis das idéias inúteis, as idéias operativas e práticas das idéias inoperantes e impraticáveis, muito embora, como se viu acima e se experimenta a toda hora, haja úteis perniciosos e inúteis auspiciosos; e, é preciso adicionar, quando o mundo chega a tal discriminação já o faz em segunda mão, pois o útil e inútil que aparta são postos por um texto que se afirmou em meio a outros tantos textos, cada qual com sua definição particular do útil. Porém, sequer este controle de segunda ordem cumpre a contento o mundo natural, visto ser excessivamente permissivo e liberal com as construções humanas, tolerando e absorvendo estragos amazônicos. Do mundo social, por outro lado, menos se pode esperar neste particular, pois que dificilmente poderia ser o fiel da balança epistemológica a aferir os nossos textos, porque sendo ele próprio, segundo

consta, tecido com os fios de nossos textos, não se pode prestar à função de metatexto, servir de contrapeso ou de contraponto. Portanto, nada havendo fora de nossos textos, parece que só nos resta construir o mundo aos trancos e barrancos, constatar os estragos e seguir adiante. Horrores e belezas no caminho, sendo textos sobre textos, tampouco sugerem o rumo a seguir. O padecer de uns e a fruição de outros são afetos produzidos por textos, textos com os quais produzimos o mundo, mundo de horrores e de belezas, textos e mundo dos quais não há como sair. Mudar de rumo, reduzir os horrores e aumentar as belezas, pressuporia outro texto, outra narrativa, funcionando como metro de nossa narrativa, meta-narrativa, portanto. Porém, estando impugnadas, por metafísicas, as meta-narrativas, resta aceitar trágica ou alegremente, estados d'alma que dependem das sub-narrativas e submundos de cada um, o nosso mundo.

Se as narrativas respondem por nossas expectativas e, por essa via, comandam nossas ações e, se a ciência é narrativa, texto sobre o mundo, então a ciência, juntamente com outros saberes, vale dizer, textos que construímos sobre o mundo, governa nossas expectativas. Se a ciência *normal* é a narrativa em estilo científico que, ao lado de outras, determina as expectativas que devemos alimentar neste mundo sobre o mundo, promove as expectativas e necessidades produzidas e facultadas por este mundo, e interdita outras expectativas e correspondentes necessidades, então é razoável concluir que a ciência *normal* é, enquanto texto, instrumento da reprodução do mundo. Junta à textualidade inescapável do mundo a interdição de outros textos e torna o mundo inescapável de sua textualidade.

Assim enleados em definitiva e estonteante indeterminação, o professor, o leitor e o narrador, podemos todos, menos o anjo, é claro, buscar guarida na retórica, refúgio tranqüilo, porto seguro, da vertigem provocada pela recente descoberta da textualidade do mundo. Na ausência de chão para ancoragem, paz e sossego somente no seio do consenso, da opinião relevante. Pois, se não há salvação, já que não se pode saber o certo e o errado, o bem e o mal, é mais seguro pecar em grupo. Não qualquer grupo, mas o grupo dos especialistas e de suas

instituições, o grupo da ciência *normal*. Na pior das hipóteses, calhando haver triagem celeste, a companhia no inferno está garantida.

Ingênuo, de início, acreditava o professor no progresso da ciência, tinha fé na razão. Razão e ética, implicava sua fé, caminhavam juntas: acúmulo de saber era meio de realização de elevados valores humanos. Espelhava o professor a ingenuidade da profissão, da sua ciência. A fé no paralelismo de razão e ética não resistiu à “crítica roedora” dos acontecimentos do mundo. A crítica da razão precipitou desalento: a fé na ciência e no progresso converteu-se em ceticismo. Vigorou desde então a exclusiva fé no ceticismo. Cético, mas esperto, pois ninguém é de ferro e há que ganhar a vida, passou o professor a fazer uso instrumental, um tanto cínico, da ciência. Espelhava o professor o cínico ceticismo da profissão, da sua ciência. De posse da meta-narrativa divina, não perdoou o anjo - como se disse, por razões teóricas, éticas, estéticas e, acusam os plutocratas, corporativistas...